

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA INSTITUIÇÃO DO BANCO DE HORAS

Pelo presente acordo coletivo de trabalho, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS CATEGORIAS DE SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SERCAPE**, estabelecido na Rua Venceslau Brás, 16, 13º andar, conj. C, representado pelo seu Presidente, **EDGARD ALVES NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº. 10.548.878 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº. 003.356.418-30, devidamente autorizado por Assembleia Geral dos empregados, denominado Sindicato dos Empregados, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – AFPESP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. Bettencourt Rodrigues, nº 155, Sé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.149.000/0001-05 e com inscrição estadual nº 112.372.210.111, neste ato devidamente representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente **Dr. ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, funcionário público aposentado, portador da cédula de identidade RG nº. 3.207.176 e inscrito no CPF/MF sob nº. 030.345.428-87, denominada Empregadora, resolvem, de comum acordo instituir o **BANCO DE HORAS**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

1 - O objetivo deste capítulo é estabelecer as regras normativas para a instituição do Banco de Horas, com base nos 59, §§ 2º e 3º, e 611, notadamente § 1º, submetendo-se às limitações do art. 413 todos da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.1 - O presente acordo abrangerá os empregados contratados e os que venham a formalizar contratos com a Empresa no período de vigência desta convenção, excluindo-se os que exercem cargo sem fiscalização de horário de trabalho.

Cláusula Segunda

2 - Serão contabilizados no Banco de Horas, aquelas horas que forem trabalhadas além da jornada de trabalho, correspondentes a 44ª hora semanal, com limitação de até 10 (dez) horas diárias ou semanais, cuja compensação ocorrerá pela diminuição de jornada em dia oportuno e a critério do empregador.

2.1 – Serão consideradas para inclusão no banco de horas seguintes hipóteses:

- a) horas trabalhadas para compensação das eventuais laborarias de iniciativa da empresa;
- b) “dia ponte”.

3.2 - Competirá a Empregadora definir o “dia ponte”, de acordo com sua conveniência e possibilidade, bem como as datas e critérios de compensação.

Cláusula Terceira

3 – A Empregadora poderá conceder compensações individuais ou coletivas devendo informar previamente os Empregados, podendo utilizar de comunicados impressos ou eletrônicos, sempre com 48 horas de antecedência.

3.1 - As compensações das horas estarão obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Devem ser programadas através de formulário próprio, e encaminhadas ao Departamento de Pessoal para as devidas compensações, com antecedência mínima de 48 horas da data a ser compensada.
- b) A compensação não poderá ser realizada nos dias de folga, feriados e nos horários de intervalo;
- c) Serão compensadas as horas descritas na **cláusula 3ª**, saídas antecipadas e prorrogação de férias, não podendo ser compensados os atrasos, para efeito de banco de horas;
- d) As horas para crédito no banco serão apuradas mensalmente e sua compensação será realizada em até **180 (cento e oitenta) dias**;
- e) As horas trabalhadas para compensação do banco de horas serão sempre consideradas na paridade de uma para uma;
- f) As horas do banco não usufruídas pelo empregado no período de **180 (cento e oitenta) dias** deverão ser pagas como extras, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento) conforme art. 7º, Inciso XVI, da Constituição Federal;
- g) Para computo das horas não gozadas do banco de horas, a serem acrescentadas nos dias de férias, serão consideradas as horas acumulada referente a um dia de trabalho;
- h) Somente as horas efetivamente trabalhadas serão computadas para fins de apuração do intervalo de 11 (onze) horas entre jornada.

Cláusula Quarta

4 - No caso da realização de dispensa imotivada durante a vigência deste Acordo, obrigando-se a Empregadora a pagar as horas não compensadas com adicional de 50% (cinquenta), calculadas sobre o valor da remuneração da data de rescisão.

Cláusula Quinta

5 - Fica a Empresa obrigada a informar, mensalmente, por comunicado impresso ou meio eletrônico as horas de crédito constante no banco de horas, bem como, o total de horas acumuladas na vigência deste acordo.

Cláusula Sexta

6 - Todos os empregados que forem admitidos pela Empregadora durante a vigência deste acordo terão adesão automática as suas cláusulas, cujo conhecimento será de responsabilidade do setor de Departamento Pessoal da Empregadora.

Cláusula Sétima

7 - Não farão parte deste acordo os (as) empregados (as) estudantes e os contratados sob regime de tempo parcial em obediência a legislação trabalhista.

Cláusula Oitava

8 – Para resolução de divergência na aplicação deste acordo deverão as partes, em reunião, com a designação de data, hora e local, proceder à negociação com a finalidade de alcançar uma solução amigável.

Cláusula Nona

9 – O prazo de vigência deste acordo é de 01 (um) ano, **iniciando em 01/03/2025 e com término em 28/02/2026.**

9.1 – A renovação deste acordo poderá ser negociada pelas partes com antecedência mínima de um mês antes da data de término deste acordo.

São Paulo, 01 de março de 2025.

EDGARD ALVES NASCIMENTO
Presidente do SERCAPE

ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO
Presidente da AFPESP